

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2021/2022

- **SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, CNPJ n. 62.532.825/0001-04, neste ato representado por seu Presidente, Sr. WALTER GIMENES FELIX;
- E
- **FEDERAÇÃO T.I.C.C.P.P.G.E.T.M.I.I.E.M**, CNPJ n. 60.505.252/0001-02, neste ato representada por seu Presidente, Sr. ADEMAR RANGEL DA SILVA;
- **SIND. DOS TRABAL. NAS IND. DA CONST. E DO MOB. DE ARAÇATUBA** CNPJ N. 43.764.232/0001-29, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ANTÔNIO CARLOS PEREIRA SOBRINHO;
- **SIND. DOS TRABAL. NAS IND. DA CONST. CIVIL, PEQ. E GR. ESTRUT., MONT. IND., INSTAL. ELET., DO MOB. E MAD., DA CERÂMICA, DO MÁRM. E GRAN., DO CIM., E DE PROD. DE CIM. E AMIANTO DE ARARAQUARA** CNPJ N. 43.971.977/0001-69, neste ato representado por seu Presidente, Sr. SERGIO LUIZ MELHADO;
- **SIND. DOS TRABAL. NAS IND. DICONST. E DO MOB. DE BARRA BONITA**, CNPJ n. 54.713.433/0001-13, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MARCELO MAGANHA;
- **SIND DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOBIL DE BARRETOS**, CNPJ n. 44.790.806/0001-04, neste ato representado por seu Presidente, Sr. DEDIÊ JOSÉ DOS SANTOS;
- **SINDICATO DOS TRABS NAS INDS DA CONST, DO MOBILIARIO, CIMENTO, CAL, GESSO E MONTAGEM INDUSTRIAL DE ITAPEVA**, CNPJ n. 49.801.459/0001-B3, neste ato representado por seu Presidente, Sr. NORIVAL ROMEDA;
- **SINDICATO DOS TRABS NAS INDS DA CONST, DO MOBILIARIO DE ITATIBA**, CNPJ n. 51.308.112/0001-4S, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MAURICIO FRANCISCON;
- **SINDICATO DOS TRAB IND CONST MOBIL CER DE ITU E REGIÃO**, CNPJ n. 50.235.316/0001-30, neste ato representado por seu Presidente, Sr. GENTIL DOS SANTOS;
- **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JACAREI**, CNPJ N. 50.477.371/0001-37; neste ato representado por seu Presidente Sr. ALDEIR MARCELINO DOS SANTOS;
- **SINDICATO TRAB IND CONSTR E DO MOBILIARIO DE JAÚ**, CNPJ n. 50.757.608/0001-33, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ADILSON DALLANO;
- **SIND. TRAB. IND. CER. REF. CONST. E MOB. LIMEIRA**, CNPJ n. 51.486.942/0001-62, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ADEMAR RANGEL DA SILVA;
- **SIND TRAB INDS CONST MOBIL M IND MIRASSOL E VOTUPORANGA**, CNPJ n. 51.847.812/0001-08, neste ato representado por seu Presidente, Sr. GILMAR ANTONIO GUILHEN;
- **SINDICATO TRAB. NAS IND. CER. REFR. CONSTR. CIVIL, DE MONT. IND. E DO MOB. DE MOGI-GUAÇU E REGIÃO**, CNPJ n. 52.745.031/0001-75, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JAIR SILVESTRE;
- **SINDICATO DOS TRABALHADORES IND CONSTRUCAO MOB OURINHOS**, CNPJ n. 54.711.353/0001-29, neste ato representado por seu Presidente, Sr. APARECIDO LUIZ;
- **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE PIRACICABA**; CNPJ sob o nº 47.766.316/0001-52, neste ato representado por seu Presidente, Sr MILTON COSTA;
- **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE PRESIDENTE PRUDENTE E REGIAO - SINTRACOM**, CNPJ n. 55.354.575/0001-02, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS;
- **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE REGISTRO**, CNPJ N. 57.739.835/0001-04; neste ato representado por seu Presidente, Sr. SAMUEL RAMOS;
- **SIND TRA IND CONT CIV LADHID PR CIM E MAR GRA RIBEIRÃO PRETO**, CNPJ n. 55.977.417/0001-09, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MARCELO GOMES DE LIMA;
- **SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONTR E MOB DE SÃO CARLOS**, CNPJ n. 59.620.302/0001-05, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JAIRO JOSÉ DA SILVA
- **SIND DOS TRAB NAS IND DA CONSTR E DO MOB DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**, CNPJ n. 60.000.510/0001-90, neste ato representado por seu Presidente, Sr. NELSON IOCA;
- **SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**, CNPJ N. 51.610.939/0001-09, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MARCELO RODOLFO DA COSTA;
- **SIND DOS TRAB. IIND. CONST. CIVIL, MONT. IINDS. INST. ELETR. CONSTR. DE ESTR. PAVIM. E TERRAPL. DO CAL e GESSO de PRODS. DE CIMENTO, OLARIA e CERÂMICA e do MOBIL. de SOROCABA E REGIAO**, CNPJ n. 71.849.194/0001-42, neste ato representado por seu Presidente, Sr. VITORINO GABRIEL;
- **SINDICATO DOS TRAB.IND. DA CONSTR. E DO MOB. DE TAUBATÉ-SP**, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 72.306.913-0001-41, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MARCO ANTONIO FERREIRA;

2

m
↓
—g

Celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

1ª - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de outubro de 2021 a 30 de setembro de 2022 e a data-base da categoria em 1º de outubro.

2ª - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) trabalhadores nas indústrias cerâmicas para construção, nas bases dos sindicatos convenentes e os inorganizados representados pela Federação, com abrangência territorial em Adamantina/SP, Adolfo/SP, Aguaí/SP, Águas da Prata/SP, Águas de Lindóia/SP, Águas de São Pedro/SP, Agudos/SP, Alambari/SP, Alfredo Marcondes/SP, Altair/SP, Altinópolis/SP, Alto Alegre/SP, Alumínio/SP, Álvares Florence/SP, Álvares Machado/SP, Américo Brasiliense/SP, Américo de Campos/SP, Analândia/SP, Andradina/SP, Angatuba/SP, Anhembi/SP, Anhumas/SP, Aparecida d'Oeste/SP, Aparecida/SP, Apiaí/SP, Araçariguama/SP, Araçatuba/SP, Araçoiaba da Serra/SP, Aramina/SP, Arapeí/SP, Arco-Íris/SP, Areias/SP, Ariranha/SP, Artur Nogueira/SP, Aspásia/SP, Assis/SP, Atibaia/SP, Auriflama/SP, Avanhandava/SP, Avaré/SP, Bady Bassitt/SP, Bálsamo/SP, Bananal/SP, Barão de Antonina/SP, Barbosa/SP, Bariri/SP, Barra Bonita/SP, Barra do Chapéu/SP, Barra do Turvo/SP, Barretos/SP, Barrinha/SP, Barueri/SP, Bastos/SP, Batatais/SP, Bebedouro/SP, Bento de Abreu/SP, Bernardino de Campos/SP, Bertiooga/SP, Bilac/SP, Birigui/SP, Biritiba-Mirim/SP, Boa Esperança do Sul/SP, Bocaina/SP, Bofete/SP, Boituva/SP, Bom Jesus dos Perdões/SP, Bom Sucesso de Itararé/SP, Borá/SP, Borborema/SP, Borebi/SP, Bragança Paulista/SP, Braúna/SP, Brejo Alegre/SP, Brodowski/SP, Brotas/SP, Buri/SP, Buritama/SP, Buritzal/SP, Cabreúva/SP, Caçapava/SP, Cachoeira Paulista/SP, Caconde/SP, Caiabu/SP, Caieiras/SP, Caiuá/SP, Cajamar/SP, Cajati/SP, Cajobi/SP, Cajuru/SP, Campina do Monte Alegre/SP, Campo Limpo Paulista/SP, Campos Novos Paulista/SP, Cananéia/SP, Canas/SP, Cândido Mota/SP, Cândido Rodrigues/SP, Canitar/SP, Capão Bonito/SP, Capela do Alto/SP, Caragatatuba/SP, Carapicuíba/SP, Cardoso/SP, Casa Branca/SP, Cássia dos Coqueiros/SP, Castilho/SP, Catanduva/SP, Catiguá/SP, Cedral/SP, Cerquillo/SP, Cesário Lange/SP, Charqueada/SP, Chavantes/SP, Clementina/SP, Colina/SP, Colômbia/SP, Conchal/SP, Conchas/SP, Cordeirópolis/SP, Coroados/SP, Coronel Macedo/SP, Corumbatai/SP, Cosmorama/SP, Cotia/SP, Cravinhos/SP, Cristais Paulista/SP, Cruzália/SP, Cruzeiro/SP, Cubatão/SP, Cunha/SP, Descalvado/SP, Dirce Reis/SP, Divinolândia/SP, Dobrada/SP, Dois Córregos/SP, Dolcinópolis/SP, Dourado/SP, Dracena/SP, Dumont/SP, Echaporã/SP, Eldorado/SP, Elias Fausto/SP, Elisiário/SP, Embaúba/SP, Embu das Artes/SP, Embu-Guaçu/SP, Emilianópolis/SP, Engenheiro Coelho/SP, Espírito Santo do Pinhal/SP, Estiva Gerbi/SP, Estrela do Norte/SP, Estrela d'Oeste/SP, Euclides da Cunha Paulista/SP, Fartura/SP, Fernando Prestes/SP, Fernandópolis/SP, Fernão/SP, Flora Rica/SP, Floreal/SP, Flórida Paulista/SP, Flórida/SP, Franca/SP, Francisco Morato/SP, Franco da Rocha/SP, Gabriel Monteiro/SP, Garça/SP, Gastão Vidigal/SP, Gavião Peixoto/SP, General Salgado/SP, Glicério/SP, Guaiçara/SP, Guaira/SP, Guapiaçu/SP, Guapiara/SP, Guará/SP, Guaraçai/SP, Guaraci/SP, Guarani d'Oeste/SP, Guararapes/SP, Guaratinguetá/SP, Guareí/SP, Guariba/SP, Guarujá/SP, Guataparã/SP, Guzolândia/SP, Herculândia/SP, Holambra/SP, Hortolândia/SP, Iacri/SP, Ibaté/SP, Ibirá/SP, Ibirarema/SP, Ibitinga/SP, Ibiúna/SP, Icém/SP, Iepê/SP, Igarçu do Tietê/SP, Igarapava/SP, Igaratá/SP, Iguape/SP, Ilha Comprida/SP, Ilha Solteira/SP, Ilabela/SP, Indaiatuba/SP, Indiana/SP, Indaiaporã/SP, Inúbia Paulista/SP, Ipaussu/SP, Iperó/SP, Ipeúna/SP, Ipiranga/SP, Iporanga/SP, Ipuã/SP, Iracemópolis/SP, Irapuã/SP, Irapuru/SP, Itaberá/SP, Itai/SP, Itajobi/SP, Itaju/SP, Itanhaém/SP, Itaóca/SP, Itapeverica da Serra/SP, Itapetininga/SP, Itapeva/SP, Itapira/SP, Itapirapuã Paulista/SP, Itápolis/SP, Itaporanga/SP, Itapuí/SP, Itapura/SP, Itararé/SP, Itariri/SP, Itatiba/SP, Itatinga/SP, Itirapina/SP, Itirapuã/SP, Itobi/SP, Itu/SP, Itupeva/SP, Ituverava/SP, Jaborandi/SP, Jaboticabal/SP, Jaci/SP, Jacupiranga/SP, Jales/SP, Jambeiro/SP, Jardinópolis/SP, Jarinu/SP, Jaú/SP, Jariquara/SP, Joanópolis/SP, João Ramalho/SP, José Bonifácio/SP, Jumirim/SP, Junqueirópolis/SP, Juquiá/SP, Juquitiba/SP, Lagoinha/SP, Laranjal Paulista/SP, Lavínia/SP, Lavrinhas/SP, Leme/SP, Lindóia/SP, Lorena/SP, Lourdes/SP, Louveira/SP, Lucélia/SP, Luís Antônio/SP, Luizânia/SP, Lutécia/SP, Macaúbal/SP, Macedônia/SP, Magda/SP, Mairinque/SP, Mairiporã/SP, Manduri/SP, Marabá Paulista/SP, Maracai/SP, Marapoama/SP, Mariópolis/SP, Marília/SP, Marinópolis/SP, Martinópolis/SP, Matão/SP, Mauá/SP, Mendonça/SP, Meridiano/SP, Mesópolis/SP, Miguelópolis/SP, Mineiros do Tietê/SP, Mira Estrela/SP, Miracatu/SP, Mirandópolis/SP, Mirante do Paranapanema/SP, Mirassol/SP, Mirassolândia/SP, Mococa/SP, Mogi Guaçu/SP, Moji Mirim/SP, Mombuca/SP, Monções/SP, Mongaguá/SP, Monte Alegre do Sul/SP, Monte Alto/SP, Monte Aprazível/SP, Monte Azul Paulista/SP, Monte Castelo/SP, Monte Mor/SP, Monteiro Lobato/SP, Morro Agudo/SP, Morungaba/SP, Motuca/SP, Murutinga do Sul/SP, Nantes/SP, Nandiba/SP, Natividade da Serra/SP, Nazaré Paulista/SP, Neves Paulista/SP, Nhandeara/SP, Nipoã/SP, Nova Aliança/SP, Nova Campina/SP, Nova Canaã Paulista/SP, Nova Castilho/SP, Nova Europa/SP, Nova Granada/SP, Nova Guataporanga/SP, Nova

Independência/SP, Nova Luzitânia/SP, Novais/SP, Novo Horizonte/SP, Nuporanga/SP, Olímpia/SP, Onda Verde/SP, Oriente/SP, Orindiúva/SP, Orlandia/SP, Osasco/SP, Oscar Bressane/SP, Osvaldo Cruz/SP, Ourinhos/SP, Ouro Verde/SP, Ouroeste/SP, Pacaembu/SP, Palestina/SP, Palmares Paulista/SP, Palmeira d'Oeste/SP, Palmital/SP, Paraguaçu Paulista/SP, Paraibuna/SP, Paraíso/SP, Paranapanema/SP, Parapuã/SP, Parapuã/SP, Pardinho/SP, Pariquera-Açu/SP, Parisi/SP, Patrocínio Paulista/SP, Paulicéia/SP, Paulistânia/SP, Paulo de Faria/SP, Pedra Bela/SP, Pedranópolis/SP, Pedregulho/SP, Pedreira/SP, Pedrinhas Paulista/SP, Pedro de Toledo/SP, Penápolis/SP, Pereira Barreto/SP, Pereiras/SP, Peruíbe/SP, Piacatu/SP, Piedade/SP, Pilar do Sul/SP, Pindamonhangaba/SP, Pindorama/SP, Pinhalzinho/SP, Piquerobi/SP, Piquete/SP, Piracaia/SP, Piracicaba/SP, Piraju/SP, Pirangi/SP, Pirapora do Bom Jesus/SP, Pirapozinho/SP, Pirassununga/SP, Pitangueiras/SP, Planalto/SP, Platina/SP, Poloni/SP, Pompéia/SP, Pontal/SP, Pontalinda/SP, Pontes Gestal/SP, Populina/SP, Porangaba/SP, Porto Feliz/SP, Porto Ferreira/SP, Potim/SP, Potirendaba/SP, Pracinha/SP, Pradópolis/SP, Praia Grande/SP, Pratânia/SP, Presidente Bernardes/SP, Presidente Epitácio/SP, Presidente Prudente/SP, Presidente Venceslau/SP, Promissão/SP, Quadra/SP, Quatá/SP, Queiroz/SP, Queluz/SP, Quintana/SP, Rafard/SP, Rancharia/SP, Redenção da Serra/SP, Regente Feijó/SP, Restinga/SP, Ribeira/SP, Ribeirão Bonito/SP, Ribeirão Branco/SP, Ribeirão Corrente/SP, Ribeirão do Sul/SP, Ribeirão dos Índios/SP, Ribeirão Grande/SP, Ribeirão Pires/SP, Ribeirão Preto/SP, Rifaina/SP, Rincão/SP, Rinópolis/SP, Rio das Pedras/SP, Rio Grande da Serra/SP, Riolândia/SP, Riversul/SP, Rosana/SP, Roseira/SP, Rubiácea/SP, Rubinéia/SP, Sagres/SP, Sales Oliveira/SP, Sales/SP, Salesópolis/SP, Salmourão/SP, Saltinho/SP, Salto de Pirapora/SP, Salto Grande/SP, Sandovalina/SP, Santa Adélia/SP, Santa Albertina/SP, Santa Branca/SP, Santa Clara d'Oeste/SP, Santa Cruz da Conceição/SP, Santa Cruz da Esperança/SP, Santa Cruz das Palmeiras/SP, Santa Cruz do Rio Pardo/SP, Santa Ernestina/SP, Santa Fé do Sul/SP, Santa Lúcia/SP, Santa Maria da Serra/SP, Santa Mercedes/SP, Santa Rita do Passa Quatro/SP, Santa Rita d'Oeste/SP, Santa Rosa de Viterbo/SP, Santa Salete/SP, Santana da Ponte Pensa/SP, Santana de Parnaíba/SP, Santo Anastácio/SP, Santo André/SP, Santo Antônio da Alegria/SP, Santo Antônio de Posse/SP, Santo Antônio do Aracanguá/SP, Santo Antônio do Jardim/SP, Santo Antônio do Pinhal/SP, Santo Expedito/SP, Santópolis do Aguapeí/SP, Santos/SP, São Bento do Sapucaí/SP, São Caetano do Sul/SP, São Carlos/SP, São Francisco/SP, São João da Boa Vista/SP, São João das Duas Pontes/SP, São João de Iracema/SP, São João do Pau d'Alho/SP, São Joaquim da Barra/SP, São José da Bela Vista/SP, São José do Barreiro/SP, São José do Rio Pardo/SP, São José do Rio Preto/SP, São José dos Campos/SP, São Lourenço da Serra/SP, São Luís do Paraitinga/SP, São Manuel/SP, São Miguel Arcajo/SP, São Paulo/SP, São Pedro do Turvo/SP, São Pedro/SP, São Roque/SP, São Sebastião da Gramma/SP, São Sebastião/SP, São Simão/SP, São Vicente/SP, Sarapuí/SP, Sarutaiá/SP, Sebastianópolis do Sul/SP, Serra Azul/SP, Serra Negra/SP, Serrana/SP, Sertãozinho/SP, Sete Barras/SP, Severínia/SP, Silveiras/SP, Socorro/SP, Sorocaba/SP, Sud Mennucci/SP, Suzanápolis/SP, Tabapuã/SP, Tabatinga/SP, Taboão da Serra/SP, Taciba/SP, Taguaí/SP, Taiaçu/SP, Taiúva/SP, Tambaú/SP, Tanabi/SP, Tapiraí/SP, Tapiratiba/SP, Taquaral/SP, Taquaritinga/SP, Taquarituba/SP, Taquarivai/SP, Tarabai/SP, Tarumã/SP, Tatuí/SP, Taubaté/SP, Tejuapá/SP, Teodoro Sampaio/SP, Terra Roxa/SP, Tietê/SP, Timburi/SP, Torre de Pedra/SP, Torrinha/SP, Trabiçu/SP, Tremembé/SP, Três Fronteiras/SP, Tuiuti/SP, Tupã/SP, Tupi Paulista/SP, Turiúba/SP, Turmalina/SP, Ubarana/SP, Ubatuba/SP, Uchoa/SP, União Paulista/SP, Urânia/SP, Urupês/SP, Valentim Gentil/SP, Valparaíso/SP, Vargem Grande do Sul/SP, Vargem Grande Paulista/SP, Vargem/SP, Várzea Paulista/SP, Vera Cruz/SP, Vinhedo/SP, Viradouro/SP, Vista Alegre do Alto/SP, Vitória Brasil/SP, Votorantim/SP, Votuporanga/SP e Zacarias/SP.

Salários, Reajustes e Pagamento - Piso Salarial

3ª - SALÁRIO NORMATIVO

A partir de 01 de outubro de 2021, as empresas que produzem CERÂMICA BRANCA e CERÂMICA VERMELHA, garantirão um salário normativo a ser pago da seguinte forma:

a) para as empresas que produzem "CERÂMICA VERMELHA, " definidas na cláusula "Definições de Cerâmica vermelha e Cerâmica branca", o SALÁRIO NORMATIVO será de:

R\$ 1.765,72 (hum mil setecentos e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos) por mês.

b) para as empresas que produzem "CERÂMICA BRANCA, " definidas na cláusula "Definições de Cerâmica vermelha e Cerâmica branca", o SALÁRIO NORMATIVO será de:

R\$ 1.928,61 (hum mil novecentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos) por mês.

§ 1º - As empresas que deixarem de pagar o salário normativo previsto nesta cláusula, arcarão com uma multa mensal de 2,0% (dois por cento) calculada sobre o referido salário normativo, aplicada todos os meses em que ocorrer tal hipótese e cujo acréscimo reverterá a favor do empregado prejudicado, podendo, inclusive, a Entidade Sindical dos Trabalhadores pleitear perante a Justiça do Trabalho, em nome dos empregados, única e

exclusivamente, o correto pagamento do salário normativo previsto nesta cláusula, bem como, a multa estabelecida neste parágrafo.

§ 2º - Sempre que, os salários da categoria profissional acordante vierem a ser reajustados o salário normativo previsto nesta cláusula será corrigido pelo mesmo percentual.

Reajustes/Correções Salariais

4ª - REPOSIÇÃO SALARIAL

Sem prejuízo da manutenção da data-base em 1º (primeiro) de outubro, as denominadas CERÂMICAS VERMELHAS e CERÂMICAS BRANCAS, conforme definidas na cláusula "Definições de Cerâmica Vermelha e Cerâmica Branca" desta Convenção, será aplicado sobre os salários vigentes em 01/10/2020 o percentual de 10,78% (dez vírgulas setenta e oito por cento), correspondente a inflação do período de 01/10/2020 a 30/09/2021.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

5ª - COMPENSAÇÕES

Serão compensados todos os aumentos e reajustes voluntários ou compulsórios concedidos entre 01.10.2020 e 30.09.2021, exceto os que tenham decorrido de promoções, transferências, equiparação, mérito, implemento de idade, término de aprendizagem e aumento real expressamente concedido a esse título.

6ª - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Será garantido ao empregado substituto, o mesmo salário percebido pelo empregado substituído, na forma da Súmula do TST nº 159 (ex - Prejulgado nº 36):

"Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído".

7ª - PAGAMENTO DE SALÁRIO AO ANALFABETO

O pagamento de salários aos empregados analfabetos deverá ser sempre efetuado na presença de 02 (duas) testemunhas que firmarão o respectivo recibo.

8ª - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS E PAGAMENTOS EM CHEQUE

O não pagamento de salários a seus empregados, até a data limite estatuída em lei, inclusive o 13º (décimo terceiro) salário nas épocas estabelecidas, acarretará às empresas, multa diária correspondente a 0,2% (zero vírgula dois por cento) calculado sobre o valor líquido não recebido na época própria, salvo quando houver casos fortuitos ou de força maior e que independam da vontade do empregador. O percentual ora pactuado será sempre pago no mês subsequente àquele em que se verificou o atraso.

Quando o pagamento do salário for efetuado por meio de cheque, o mesmo deverá ser realizado, no máximo, até 01 (um) dia antes da data limite prevista em lei, da mesma forma, se o pagamento em cheque vier a recair nas sextas-feiras ou vésperas de feriado, o mesmo deverá ser liquidado no dia imediatamente anterior, no entanto, caso o empregado venha a optar por receber em moeda corrente, o pagamento será efetuado pela empresa na data limite prevista em lei. Ressalvam-se as condições já existentes mais favoráveis aos empregados.

9ª - ADIANTAMENTO DE SALÁRIO (VALE)

As empresas, até 15 (quinze) dias antes da data limite para o pagamento dos salários definida por lei, concederão aos seus empregados, adiantamento do salário (Vale), que represente no mínimo 40% (quarenta por cento) do respectivo salário nominal de cada empregado, quando já tenha trabalhado no correspondente período. Ficam dispensadas da concessão de vales as empresas que forneçam mercadorias ou remédios por meio de convênios, desde que o limite estabelecido nos aludidos convênios, seja igual ou superior à mencionada percentagem de 40% (quarenta por cento), ressalvadas as condições existentes na empresa mais favoráveis ao trabalhador.

10ª - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas, obrigatoriamente, fornecerão a seus empregados, comprovantes de pagamento indicando o nome do empregado, o nome da empresa, o mês de competência, assim como o salário nominal, a descrição

2

A

P.

M.

das importâncias de descontos efetuados, contendo sua identificação e os recolhimentos do FGTS, como também as contribuições descontadas.

Salário Estágio/Menor Aprendiz

11ª - MENOR APRENDIZ

Assegura-se ao menor aprendiz, como tal considerado pelo SENAI, um salário correspondente a 1 (um) salário-mínimo vigente, durante a primeira metade de sua correspondente aprendizagem e, de 2/3 do salário normativo vigente, durante a segunda metade da aludida aprendizagem.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

12ª - ERRO NO PAGAMENTO

Quando, por culpa do empregador, houver erro no pagamento dos salários, as empresas deverão pagar ou adiantar a respectiva diferença no prazo de 02 (dois) dias úteis.

13ª - PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS SALARIAIS

Fica também, acordado entre as partes signatárias desta Convenção Coletiva de Trabalho que as eventuais diferenças salariais devidas de outubro e novembro de 2021, deverão ser pagas o mais tardar no mês imediato a data de assinatura da presente Convenção.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros - 13º Salário

14ª - COMPLEMENTO DO 13º SALÁRIO

Será complementado o 13º salário aos empregados afastados em Auxílio Previdenciário, na seguinte condição: Ao empregado em gozo de benefício de Auxílio Previdenciário, em razão de enfermidade ou acidente do trabalho, fica garantida uma complementação do 13º salário, limitada, porém, a 80% (oitenta por cento) do valor que o empregado deveria perceber se estivesse em atividade.

Caso a Previdência Social não pague quantia alguma a título de 13º salário, ou a importância por ela paga não chegue a atingir o limite previsto nesta cláusula, as empresas complementarão o 13º salário até o limite supra de 80% (oitenta por cento).

15ª - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

Considerando as disposições contidas na Lei 10.101 de 19/12/2000, que regulamenta a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas. Considerando que o artigo 2º da citada Lei estabelece a necessidade de ser tal participação convencionada com seus empregados, por meio de comissão por eles escolhida, integrada ainda, por um representante indicado pelo Sindicato da respectiva categoria, sendo este, um empregado da própria empresa, mas também, autoriza estabelecer a referida participação por meio de Convenção Coletiva. Assim as partes convenientes resolvem disciplinar a aludida Participação nos Resultados. Considerando que as empresas da categoria econômica da Indústria da Cerâmica para Construção (CERÂMICAS BRANCAS e CERÂMICAS VERMELHAS) alcançaram no ano de 2021 os seus programas de metas e resultados até a presente data, permitindo projetar a referida aferição até 31.12.2021, resolvem, de comum acordo, estabelecer a participação nos resultados obtidos no referido exercício mediante os pagamentos a seguir citados e desvinculados das respectivas remunerações salariais:

I - Todos os trabalhadores da categoria profissional representados pelas entidades sindicais signatárias da presente Convenção Coletiva, e pertencente a área de atuação junto às **CERÂMICAS BRANCAS**, já devidamente definida na cláusula "Definições de Cerâmica vermelha e Cerâmica branca" desta Convenção, perceberão a quantia de **R\$ 984,90** (novecentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos), a título de participação nos resultados, a ser liquidada em 02 (duas) parcelas da seguinte forma:

- a) **R\$ 492,45** (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos) pagos em março/2022 e,
- b) **R\$ 492,45** (quatrocentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos) pagos em setembro/2022.

II - Todos os trabalhadores da categoria profissional representados pelas entidades sindicais signatárias da presente Convenção Coletiva, e pertencente a área de atuação junto às **CERÂMICAS VERMELHAS**, já devidamente definida na cláusula "Definições de cerâmica vermelha e cerâmica branca" letra B desta Convenção, perceberão a quantia de **R\$ 373,38** (trezentos e setenta e três reais e trinta e oito centavos) a título de participação nos resultados, a ser liquidada em 02 (duas) parcelas da seguinte forma:

- a) **R\$ 186,69** (cento e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos) pagos em março/2022 e,
- b) **R\$ 186,69** (cento e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos) pagos em setembro/2022.

III – Será pago para os trabalhadores nas **CERÂMICAS VERMELHAS**, nas mesmas datas contidas no inciso II, alíneas “a” e “b” o valor de **R\$ 104,45** (cento e quatro reais e quarenta e cinco centavos) em cada data, perfazendo o total de **R\$ 208,90** (duzentos e oito reais e noventa centavos) também a título de PLR, porém observado o limite de 3 (três) faltas por semestre e pagos da seguinte forma.

- a) sem faltas no semestre anterior **R\$ 104,45**
- b) 01 (uma) falta no semestre anterior **R\$ 78,34**
- c) 02 (duas) faltas no semestre anterior **R\$ 52,23**
- d) 03 (três) faltas no semestre anterior **R\$ 26,11**
- e) acima de 03 (três faltas) no semestre anterior sem direito ao referido valor.

IV - Os pagamentos pactuados na presente cláusula serão devidos apenas aos empregados que se encontrem nas empresas no dia 01/10/2021, mesmo que se encontrem afastados em razão de férias ou doença, assim como àqueles que estejam cumprindo aviso prévio regular.

V - Os empregados admitidos após 01/10/2020 e até 30/09/2021 receberão o pagamento estabelecido nos incisos I e II, na proporção de 1/12 (hum doze) avos por mês efetivamente trabalhado, considerando-se como mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

VI - Os empregados que fizerem jus ao pagamento supramencionado nos termos dos itens III e IV da presente cláusula e que, vierem a ser dispensados ou pedirem demissão antes das datas fixadas para o pagamento das parcelas estipuladas, receberão o valor devido no ato da rescisão.

VII - Nos termos das disposições contidas na Lei 10.101/2000, a participação nos resultados pactuada na presente cláusula não substitui ou complementa a remuneração do empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, ou previdenciário, não se lhe aplicando, outrossim, o princípio da habitualidade, como também não obriga a sua manutenção em períodos posteriores.

VIII - Ficam as empresas, sejam elas cerâmicas vermelhas ou cerâmicas brancas, conforme definidas na cláusula definição de cerâmica branca e cerâmica vermelha, da presente convenção, que já possuam na empresa Comissão formada para atender o que determina a Lei 10.101 de 19 de dezembro de 2000 sobre a matéria, obrigadas a garantirem, no mínimo, o pagamento dos valores previstos nos itens I e II da presente cláusula, com referência ao pagamento da Participação nos Lucros ou Resultados para o exercício de 2021.

IX – Aos empregados admitidos após 01/10/2021, o PLR será pago quando de suas demissões por ocasião da rescisão do contrato de trabalho na proporção de 1/12 avos por mês trabalhado.

Auxilio Alimentação

16ª - CESTA BÁSICA

As empresas concederão a título de assiduidade, uma cesta básica de 40 Kg (quarenta quilos) ou, VALE ALIMENTAÇÃO no valor mínimo de R\$ 210,00, a base de valor para o vale alimentação será de acordo com o valor da cesta básica, apurado mensalmente, e nunca inferior a R\$ 210,00 a opção de escolha é dos empregados e deverá ser manifestada até o dia do vale ou seja 20 de cada mês, uma cesta conforme composição mencionada na cláusula "Composição da cesta básica", observada a paridade de valores entre as mesmas, a todos os trabalhadores que durante o mês não tenham tido falta injustificada; àqueles que durante o TRIMESTRE não tenham ultrapassado o limite de 04 (quatro) faltas justificadas, e cuja apuração será feita mensalmente. Terão, ainda, direito a referida cesta àqueles que tenham faltado por 04 (quatro) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, companheira (o) filhos; genitores e irmão (ã), com a devida comprovação do ocorrido, ressalvadas as condições mais favoráveis já existentes na empresa, à exceção das faltas elencadas na cláusula 42ª desta Convenção.

§ 1º - O TRIMESTRE terá início no dia 01 de outubro de 2021, para todos os trabalhadores.

§ 2º - O Empregado perderá o direito a cesta básica no mês imediatamente posterior em que se tenha verificado o excedente do limite aqui convencionado, dando-se, imediatamente, início a um novo período, ou seja, um novo TRIMESTRE.

§ 3º - Será também concedida a aludida cesta básica ao trabalhador afastado por acidente do trabalho, entretanto, condicionado tal fornecimento apenas nos noventa dias subsequentes à data em que ocorreu o referido acidente, assim como, à empregada em gozo de licença maternidade.

§ 4º - Será igualmente concedida a citada cesta básica durante o prazo máximo de 90 (noventa) dias ao trabalhador que vier a perceber do INSS auxílio-doença a partir do 16º (décimo sexto) dia do afastamento.

§ 5º - Acordam também as partes que, a entrega da mencionada cesta ocorrerá a partir do 18º (décimo oitavo) dia de cada mês e término no 3º (terceiro) dia útil subsequente, a partir do mês de novembro de 2021, inclusive.





§ 6º - A entrega da referida cesta se fará sempre pessoal e, individualmente, a cada trabalhador todos os meses, nas dependências das próprias empresas, durante a jornada normal de trabalho do setor administrativo da empresa, correspondendo tal entrega sempre ao mês imediatamente anterior.

17ª - COMPOSIÇÃO DA CESTA BÁSICA

A cesta básica a ser fornecida será composta, com seu conteúdo mínimo abaixo descrito:

15 kg de arroz	05 pacotes de açúcar refinado
02 kg de café	05 kg de feijão
01 kg de farinha de mandioca	02 kg de macarrão com ovos
04 latas de óleo de soja de 900 ml	02 pacotes de biscoito maisena de 200 gr
01 polpa de tomate de 520 gr	01 kg de sal refinado
01 kg de farinha de milho	02 kg de fubá
02 pacotes de biscoito salgado de 200 gr	01 kg de farinha de trigo

A) caso alguns dos produtos apresentarem-se temporariamente indisponíveis para fornecimento, face à proibição ou, impossibilidade de abastecimento, poderá ser substituído por produto equivalente no mesmo peso ou quantidade indicada.

B) tal substituição se fará sempre respeitando o limite de peso já definido, bem como, ao valor total equivalente ao da composição da cesta básica discriminada na cláusula correspondente deste acordo, podendo, porém, este valor, excepcionalmente, registrar uma variação de, no máximo 10% (dez por cento).

C) nas alterações dos itens que compõem a cesta básica, acertados de comum acordo, deverão sempre ser observadas as equivalências econômicas, isto é, o mesmo valor das mercadorias.

Auxílio Morte/Funeral

18 - AUXÍLIO FUNERAL OU DE INVALIDEZ PERMANENTE

No caso de invalidez permanente ou falecimento do empregado, a empresa pagará a título de auxílio, juntamente com o saldo de salário, 02 (dois) salários normativos (piso salarial). Em caso de morte, ou invalidez permanente causada por acidente do trabalho o valor será substituído por 03 (três) salários normativos (piso salarial). Ficam excluídos dos dispositivos desta cláusula, àquelas empresas que mantenham seguro de vida em grupo, gratuito, ou aquelas que, com participação dos empregados, assumam por sua conta, valor segurado igual ou superior aos valores acima estipulados.

Outros Auxílios

19ª - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO OU ACIDENTÁRIO

a) A título de indenização, fica garantido ao empregado em gozo de benefício do auxílio doença, previdenciário ou acidentário, entre o 16º (décimo sexto) e o 120º (centésimo vigésimo) dia do afastamento, uma complementação de salário em valor equivalente à diferença entre o efetivamente percebido da Previdência Social e o salário nominal como se trabalhando estivesse resguardada ao trabalhador as condições mais favoráveis existentes na empresa.

b) Em hipóteses idênticas à da alínea "A", supra, no caso de auxílio acidentário, a complementação acima, será acrescida de 30 (trinta) dias.

c) Nos casos em que o empregado, após o 16º (décimo sexto) dia de afastamento por motivo de doença ou acidente do trabalho, não perceba da Previdência Social, em tempo oportuno, o correspondente benefício do Auxílio Previdenciário, a empresa a título de indenização manterá o pagamento do seu correspondente salário nominal, por mais 75 (setenta e cinco) dias, isto é, até o 90º (nonagésimo) dia de afastamento, devendo o empregado tão logo venha a receber da Previdência Social as importâncias a que fez jus, reembolsar a empresa mediante recibo circunstanciado.

d) O trabalhador terá direito a esta indenização somente após ter entregue à empresa cópia do protocolo de entrada de pedido do benefício na Previdência Social.

Aposentadoria

20ª - INDENIZAÇÃO POR APOSENTADORIA

Ressalvadas as situações mais favoráveis já existentes, o empregado adquire o direito a uma indenização por aposentadoria, desde que implementadas todas as condições abaixo:

a) que a aposentadoria concedida pelo INSS, ocorra na vigência deste acordo;

2

- b) o empregado deve comunicar tal fato, por escrito ao empregador, inclusive juntando o documento comprobatório de sua aposentadoria fornecido pelo INSS, no prazo de 30 (trinta) dias, após a sua concessão;
- c) que na data de sua aposentadoria, desde que na vigência deste acordo, o empregado conte, no mínimo, com cinco anos ou mais de trabalho na mesma empresa;
- d) o valor da indenização, desde que implementadas todas as condições acima, será equivalente a 75 (setenta e cinco) dias do respectivo salário normativo que vigorar na data do seu pagamento;
- e) a indenização somente será paga por ocasião do definitivo desligamento do empregado da empresa empregadora, juntamente e no mesmo prazo do pagamento das verbas rescisórias, seja qual for o motivo do desligamento.

**Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades
Normas para Admissão/Contratação**

21ª - GARANTIA SALARIAL NA ADMISSÃO

Será garantido ao empregado admitido para a função de outro dispensado, igual salário ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais, excluídos os cargos de confiança.

22ª - SALÁRIO DE ADMISSÃO

Ao empregado admitido para a mesma função de outro dispensado sem justa causa, será garantido o menor salário da função, sem considerar vantagens pessoais.

23ª - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência será estipulado pela empresa com um prazo mínimo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, no entanto, nas hipóteses de readmissão na mesma empresa e na mesma função, não será exigido o mencionado contrato de experiência, salvo se na empresa tiver ocorrido mudanças nos processos de fabricação, hipótese em que o empregado deverá se submeter a novo contrato de experiência nos precisos termos do estabelecido nesta cláusula.

24ª - ADMITIDOS APÓS DATA BASE

Aos trabalhadores em funções com paradigmas admitidos após a data-base, será aplicado o mesmo percentual de correção salarial concedido, conforme definido na cláusula "Reposição Salarial", ao paradigma ou o valor a ser somado ao salário, desde que não ultrapasse o menor salário da função, não se aplicando esta cláusula na hipótese de contrato de experiência, sendo que para os trabalhadores sem paradigma ou em se tratando de empresas constituídas após 01.10.2020 bem como, com início de atividade depois de 01.10.2020 será aplicado o reajuste ou o valor a ser adicionado ao salário de 01/12 avos por mês de serviço efetivamente trabalhado, considerando-se mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Proporcionalidade			
mês de Admissão	% a ser Aplicado	mês de Admissão	% a ser Aplicado
out/2021	10,78	abr	5,2521
Nov	9,8389	mai	4,3580
Dez	8,9058	jun	3,4714
jan/2022	7,9807	jul	2,5924
Fev	7,0634	ago	1,7209
Mar	6,1539	set	0,8568

Desligamento/Demissão

25ª - RESCISÕES CONTRATUAIS

Nos casos de rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, o aviso prévio será comunicado pela empresa, por escrito e contra recibo, esclarecendo se será trabalhado ou indenizado, bem como o local em que será efetuada a rescisão.

- a) O pagamento dos valores constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverão ser efetuados até dez dias contados a partir do término do contrato.

2

0

1

Handwritten signature and scribbles

b) As empresas poderão proceder a(s) homologação(ões) do(s) contrato(s) de trabalho de seu(s) empregado(s) na própria empresa ou, quando solicitado pelo empregado será feito no sindicato da categoria profissional.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas ficam obrigadas a apresentar, no ato da rescisão contratual do (s) seu (s) empregado (s), a entrega de documentos que comprovem a extinção contratual.

Aviso Prévio

26ª - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA

A dispensa será sempre comunicada por escrito e contra recibo, devendo a empresa esclarecer se o aviso será trabalhado ou indenizado. Nas hipóteses de dispensa por justa causa, igualmente, as empresas brigam-se a fornecer carta-aviso dessa circunstância, sob pena de gerar presunção de dispensa imotivada.

27ª - AVISO-PRÉVIO

I) será concedido ao empregado, na hipótese de dispensa, aviso-prévio de 30 (trinta) dias, e mais uma indenização especial, correspondente a 01 (hum) salário normativo (piso salarial) vigente na data da dispensa ou 50% (cinquenta por cento) do salário nominal, prevalecendo o maior, e unicamente ao empregado que preencha cumulativamente as condições abaixo:

- a) 45 (quarenta e cinco) anos de idade completos, e
- b) 05 (cinco) anos completos de vínculo empregatício, na mesma empresa.

II) os empregados que não se enquadrem dentro do acima estipulado, cumprirão aviso-prévio de acordo com as legislações de regência.

Caso seja o empregado impedido pela empresa de prestar seu trabalho, durante o prazo do aviso-prévio, fará jus à remuneração integral.

III) Toda vez que o aviso-prévio promovido pelo empregador for trabalhado, o empregado poderá exercer a opção da redução legal das 02 (duas) horas diárias no início ou no fim do expediente, assim como, optar por 01 (hum) dia da semana ou, ainda, por 07 (sete) dias corridos no período do aviso-prévio de 30 (trinta) dias, no entanto, se o empregador não conceder qualquer redução, o aviso-prévio será considerado como se não tivesse sido dado.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

28ª - CARTA DE REFERÊNCIA

A empresa fornecerá no ato da homologação, ao empregado dispensado, sem motivo justificado, uma carta de referência, em que constará obrigatoriamente que nada o desabona profissionalmente, indicando função inicial e promoções, assim como entregará a documentação dos cursos que ele concluiu na empresa.

29ª - TESTES PRÁTICOS ADMISSIONAIS

Os testes prático-admissionais poderão ser realizados apenas em um único dia, caso os testes ultrapassem de 01 (um) dia, as empresas obrigam-se a pagar 1/30 do salário da função, por dia que vier a ultrapassar o limite permitido.

Parágrafo Único: A empresa que vier a admitir empregado deverá arcar com as despesas ocasionadas com o exame médico admissional.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal Estabilidades - Estabilidade Serviço Militar

30ª - ESTABILIDADE DO TRABALHADOR EM IDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR

Será garantido ao trabalhador em idade de convocação para o serviço militar, inclusive o tiro de guerra, a estabilidade provisória no emprego, desde o alistamento até a incorporação e nos 60 (sessenta) dias após o desligamento da unidade em que serviu, e desde que o alistamento se processe no ano em que completar 18 (dezoito) anos de idade.

Parágrafo Único: - No período em que estiver o empregado prestando o serviço militar, terá atualizado os salários nas mesmas condições dos demais empregados da empresa e terá depositada mensalmente, a importância do FGTS, com base no salário atualizado.

Estabilidade Aposentadoria

31ª – GARANTIA AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA

Ao empregado que comprovadamente estiver a um máximo de 18 (dezoito) meses da aquisição do direito à aposentadoria em seus prazos mínimos, e que conte com pelo menos 05 (cinco) anos na empresa, fica assegurado o emprego ou salário durante o período que falta para se aposentar, na hipótese de dispensa imotivada.

Outras normas de pessoal**32ª – RECEBIMENTO DO PIS**

O trabalhador, quando tiver que receber o PIS, previamente autorizado pela empresa terá as suas horas e o D.S.R. (Descanso Semanal Remunerado) pago pela empresa, desde que, o período necessário para tal recebimento não exceda ½ (meia) jornada de trabalho ou 04 (quatro) horas.

Ficam excluídos desta cláusula aqueles trabalhadores cuja jornada de trabalho não coincida com o horário do expediente bancário, bem como, aqueles cujas empresas mantenham convênio ou, possuam posto bancário nas suas dependências.

Fica aqui também estabelecida, a obrigatoriedade do empregado, possuidor de conta do PIS fora da localidade em que esteja trabalhando, a requerer sua transferência para a entidade bancária da localidade onde mantenha seu vínculo empregatício, possibilitando, desta forma, a utilização das regalias contidas nesta cláusula.

RECOMENDAÇÃO: Recomenda-se às empresas que firmem convênios com as respectivas Entidades, destinados a efetuar o pagamento do PIS no próprio local de trabalho.

33ª – FORMULÁRIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas entregarão aos interessados os formulários exigíveis pela Previdência Social, cujo preenchimento seja de sua responsabilidade, nos seguintes casos:

- a) de imediato, as guias de comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), para o que manterão formulários próprios e pessoas responsáveis para assiná-las e encaminhá-las;
- b) em 05 (cinco) dias úteis, contados do pedido, os Atestados de Afastamento e Salário destinados à concessão de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez ou tempo de serviço, abono de permanência em serviço e pensão por morte;
- c) em 30 (trinta) dias, contados do pedido, os formulários relativos à aposentadoria especial;
- d) nos prazos acima, correspondentes aos respectivos benefícios, as informações, impressos e laudos complementares, quando forem exigidos pela Previdência e a partir da data do pedido;
- e) sempre que solicitado pelo trabalhador, a empresa fornecerá ao acidentado no trabalho, no prazo de 05 (cinco) dias contado do pedido, o formulário de retorno, regular e devidamente preenchido.

34ª – REVISTA PESSOAL

As empresas que adotarem sistema de revista pessoal dos empregados deverão fazê-la de forma não acintosa.

35ª – PROMOÇÕES E ANOTAÇÕES NA CTPS

As promoções, devidamente efetivadas, serão anotadas dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a apresentação da CTPS pelo empregado.

36ª – ANOTAÇÃO DO PONTO

As empresas com mais de 10 (dez) empregados deverão, obrigatoriamente, anotar as horas de entrada e saída, em registros mecânicos ou não, podendo dispensar a marcação-ponto nos horários destinados ao repouso e alimentação desde que tal circunstância conste expressamente dos referidos cartões-ponto.

Outras estabilidades**37ª - GARANTIA À GESTANTE**

Serão garantidos emprego ou salário à empregada gestante, até 60 (sessenta) dias após o término do afastamento compulsório.

38ª - AFASTAMENTO POR DOENÇA

Ao empregado com mais de 09 (nove) meses na empresa, afastado do serviço por doença, percebendo o benefício previdenciário respectivo, será garantido emprego ou salário, a partir da data da "alta", por período

2

A

f.

M.

igual ao do afastamento, limitado, porém, a 60 (sessenta) dias, assegurado, no entanto, caso seja dispensado, a valer-se da assistência médica do Convênio, se existir na empresa, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a partir da "alta".

Parágrafo Único: - Excetua-se da garantia prevista nesta cláusula as hipóteses da prática de falta grave, pedido de demissão ou acordo, sendo estes dois últimos casos assistidos pela Entidade Sindical dos Trabalhadores quando solicitado pelo empregado.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas Prorrogação/Redução de Jornada

39ª - HORAS EXTRAS

A hora extra será remunerada com 50% (cinquenta por cento) de acréscimo sobre a hora normal, para todas as horas extras trabalhadas de segunda a sábado, de acordo com o Art. 7º - Inciso XVI da Constituição Federal.

- a) as empresas que adotam o sistema de turnos de revezamento, será aplicado o mesmo percentual supra, sobre as horas extras, em qualquer dia da semana;
- b) o trabalho realizado nos DSR's e feriados será remunerado em dobro, independentemente do pagamento normal desses dias já devido ao empregado, salvo dias de folga concedidas nas hipóteses em que seja adotada escala de revezamento, no entanto, se nesses dias de folga instituídos por escala de revezamento o empregado vier a trabalhar, será remunerado em dobro.

40ª - INTEGRAÇÃO DE HORAS EXTRAS

As empresas integrarão na remuneração de seus empregados, as horas extras habituais, bem como, prêmios e adicionais de qualquer natureza, desde que habituais, para efeito de pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e repousos remunerados, considerando-se também, para efeito do recolhimento das contribuições previdenciárias.

Compensação de Jornada

41ª - ACORDOS DE COMPENSAÇÃO

As empresas poderão pactuar acordos de compensação de horas de trabalho, na forma da lei, no entanto, quando as horas do sábado forem compensadas de segunda à sexta-feira, as eventuais horas, praticadas aos sábados, serão pagas com acréscimo de 100% (cem por cento).

Faltas

42ª - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

O trabalhador poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo de salário, desde que, os fatos abaixo, ocorram coincidentemente com a jornada de trabalho e com a devida comprovação posterior do ocorrido:

- a) por 04 (quatro) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, companheira (o), filhos; genitores e irmão (ã);
- b) por 02 (dois) dias úteis, em caso de falecimento de sogro ou sogra, avô ou avó;
- c) por 01 (um) dia, útil para internação hospitalar de cônjuge ou companheira (o);
- d) até 05 (cinco) dias úteis consecutivos para casamento, substituindo os 03 (três) dias concedidos pelo art. 473, nº II, da C.L.T.;
- e) por 05 (cinco) dias, na data do nascimento de filho;
- f) em 01 (um) dia, por ano, no caso de doação de sangue comprovada;
- g) pelos dias necessários, para exames escolares, ao empregado estudante, com prévia comunicação à empresa e desde que os referidos exames coincidam com a jornada de trabalho, não podendo, por outro lado, o empregado estudante, ter o seu horário de trabalho alterado pela empresa.

Outras disposições sobre jornada

43ª - INGRESSO COM ATRASO COM GARANTIA DO DSR

O empregado que comparecer atrasado ao serviço e, tiver seu ingresso na empresa devidamente autorizado pelo empregador, não sofrerá desconto algum do DSR.

Handwritten mark

Handwritten signatures and marks

44ª - JORNADA 12X36

Poderão as empresas produtoras de cerâmica vermelha e cerâmica branca para construção, conforme definidas na cláusula 65ª desta convenção mediante acordo individual com o empregado, estabelecer jornada de 12 (doze) horas seguidas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

§ 1º - A remuneração mensal pactuada para jornada 12 (doze) horas seguidas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas ininterruptas de descanso abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver. Não se aplica a extensão do adicional noturno mesmo quando prorrogada a jornada após as 05:00 horas, fica estabelecido que o adicional noturno se dará das 22:00 às 05:00.

§ 2º - Em caso de dúvida na interpretação/aplicação desta cláusula, as partes envolvidas, sindicato patronal, sindicato profissional e empresa, comprometem-se a se reunir para dirimir a questão.

45ª - DIÁRIAS PARA SERVIÇOS EXTERNOS

Ao empregado que exerça contínua e permanentemente função ou cargo em serviços da empresa, no caso de vir a prestar serviços externos deverá receber, por antecipação, o valor necessário para cobrir todas as despesas, inclusive refeições, se for o caso, apresentando posteriormente comprovantes das despesas.

Férias e Licenças - Duração e Concessão de Férias**46ª - FÉRIAS**

a) O início das férias individuais deverá ser considerado a partir do término do DSR, ou seja, no primeiro dia útil subsequente, não podendo coincidir com sábados, domingos e feriados. Aos empregados que trabalhem em turnos de revezamento ou escalas de trabalho, o início das férias poderá coincidir com sábados e domingos, desde que não seja dia de sua folga;

b) quando a empresa cancelar as férias por ela já comunicadas, deverá ressarcir o empregado das despesas que comprovadamente tenha feito para viagens ou gozo das férias canceladas;

c) serão computadas, para efeito do período aquisitivo de férias, o tempo em que o empregado estiver em gozo de benefícios previdenciários até o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias;

d) o empregado que vier a pedir demissão da empresa, antes de completar o período aquisitivo de férias, fará jus à remuneração relativa ao período incompleto de férias de acordo com o art. 130 da CLT, na proporção 1/12 (uns doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (catorze) dias;

e) o empregado poderá fazer a expressa opção pelo recebimento do Abono Pecuniário no momento em que vier a receber o aviso-prévio de férias;

f) o empregado também poderá optar pelo recebimento de 50% (cinquenta) por cento do 13º Salário quando vier a receber o Aviso Prévio de Férias.

Saúde e Segurança do Trabalhador - Condições de Ambiente de Trabalho**47ª - MEDIDAS DE PROTEÇÃO**

a) as empresas adotarão medidas de proteção prioritariamente de ordem coletiva, em relação às condições de trabalho e segurança do empregado;

b) os respectivos Sindicatos representativos da categoria profissional oficiarão à empresa especificando às queixas fundamentadas por seus empregados, em relação às condições de trabalho e segurança;

c) no prazo de 30 (trinta) dias, a empresa responderá ao respectivo Sindicato representativo da categoria profissional, por escrito, informando os resultados dos levantamentos efetuados, especificando as medidas de proteção adotadas ou que serão providenciadas e em que prazo; nos casos de situações de emergência ou de perigo iminente, o prazo será de 10 (dez) dias, excluídos expressamente os casos em que caiba embargo ou interdição, quando não se aplicará este procedimento;

d) no primeiro dia de trabalho do empregado, a empresa fará o treinamento com o equipamento de proteção, dará conhecimento das áreas perigosas e insalubres, bem como, informará sobre os riscos dos eventuais agentes agressivos de seu posto de trabalho.

Equipamentos de Proteção Individual**48ª - FARDAMENTOS E FERRAMENTAS**

As empresas fornecerão, gratuitamente, a seus empregados, fardamentos, uniformes, macacões e demais peças de vestimenta, quando exigidos pelos empregadores na prestação de serviços, bem como, ferramentas quando necessárias aos serviços executados, ressalvando-se sempre, as condições mais favoráveis.

Parágrafo Único: - As empresas, igualmente, fornecerão gratuitamente equipamentos de proteção individual (EPI's) quando necessários à execução dos serviços.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos Cipeiros

49ª - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES -CIPA

O processo eleitoral da CIPA obedecerá a Portaria nº 247, de 12 de junho de 2011 (altera a Norma Regulamentadora nº 5)

I) A documentação referente ao processo eleitoral da CIPA, incluindo as atas da eleição e de posse e o calendário anual das reuniões ordinárias, deve ficar na sede da empresa à disposição da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego;

II) A documentação indicada no item I, desta cláusula, deve ser encaminhada ao Sindicato dos Trabalhadores quando solicitada;

III) A empresa deve fornecer cópia das atas de eleição e posse aos membros titulares e suplentes da CIPA, mediante recibo;

IV) A CIPA não poderá ter seu número de representantes reduzido, bem como não poderá ser desativada pela empresa, antes do término do mandato de seus membros, ainda que haja reduzido número de empregados da empresa, exceto no caso de encerramento das atividades do estabelecimento;

V) A vacância definitiva de cargo, ocorrida durante o mandato, será suprida por suplente, obedecida a ordem de colocação decrescente que consta na ata de eleição, devendo os motivos ser registrados em ata de reunião.

VI) Caso não existam suplentes para ocupar o cargo vago, o empregador deve realizar eleição extraordinária, cumprindo todas as exigências estabelecidas para o processo eleitoral, exceto quanto aos prazos que devem ser reduzidos pela metade;

VII) O mandato do membro eleito em processo eleitoral extraordinário deve ser compatibilizado com mandato dos membros da Comissão;

VIII) O treinamento de membro eleito em processo extraordinário deve ser realizado no prazo máximo de trinta dias contados a partir da data da posse;

IX) os titulares da representação dos empregados nas CIPAs não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

Parágrafo 1º - Ocorrendo a despedida, caberá a empresa, em caso de reclamação a justiça do trabalho, comprovar a existência de qualquer dos motivos mencionados neste item, sob pena de ser condenado a reintegrar o empregado.

Parágrafo 2º - Garantia aos suplentes das CIPAs conforme Art. 165 da CLT.

Aceitação de Atestados Médicos

50ª - ATESTADOS MÉDICOS

Os atestados médicos serão fornecidos pelos serviços médicos das empresas, próprios ou contratados, e na falta de tais serviços, serão reconhecidos, pelas empresas, os atestados médicos passados por facultativos das entidades sindicais da categoria, bem como, serão aceitos os aludidos atestados e declaração expedidos por órgãos públicos, apenas na hipótese das entidades sindicais, também, não possuírem serviços médicos, obedecida em qualquer caso, a ordem prioritária mencionada nesta cláusula.

§ 1º - Nas empresas que possuírem convênio médico cujo empregado não se encontre inscrito, ou não tenha aderido ao citado convênio, o atestado médico deverá ser expedido por órgão público.

§ 2º - Fica ressalvado, no entanto, que serão aceitos atestados firmados por médicos particulares, em caso de urgência devidamente comprovada, desde que os serviços médicos da empresa, próprios ou contratados, não possuam atendimento aos sábados, domingos, feriados, e no horário noturno.

§ 3º - As empresas darão recibo de todos os atestados médicos entregues pelos empregados.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

51ª - COMISSÃO TÉCNICA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

2

①

Handwritten signature and initials.

a) A Comissão Técnica de Estudos de Segurança e Medicina do Trabalho será constituída por 14 (quatorze) membros, com indicações paritárias isto é, cada parte signatária da Convenção Coletiva de Trabalho designará livremente 04 (quatro) membros escolhidos, entre os dirigentes sindicais ou associados das respectivas entidades, além da assessoria consultiva composta de 01 (um) Engenheiro de Segurança; 01 (um) Médico do Trabalho e 01 (um) Advogado, totalizando 07 (sete) membros da representação econômica e 07 (sete) membros da representação profissional.

Parágrafo Único: Havendo a necessidade de substituição dos membros que compõem a Comissão Técnica prevista nesta alínea, a indicação do substituto será feita pelo órgão sindical que o representa.

b) A Aludida Comissão Técnica possui poderes específicos para propor regulamentações objetivando equacionar os problemas existentes na categoria econômica relacionados com a legislação de Segurança e Medicina do Trabalho.

c) Quando houver descumprimento da alínea "C" da cláusula 60ª (Sexagésima) deste instrumento, ou sempre que ocorrerem problemas graves de Segurança e Medicina do Trabalho em qualquer empresa da atividade econômica acordante, a Entidade Sindical dos Trabalhadores comunicará tal fato por escrito à Entidade Sindical Patronal que, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, promoverá uma reunião tripartite da comissão a fim de ser encontrada uma solução para o problema existente.

d) Mediante indicação das Entidades dos Trabalhadores, o Sindicato Patronal agendará diligências externas da Comissão Técnica destinadas a visitar empresas enquadradas na alínea "C" desta cláusula, devendo a empresa ser avisada com a antecedência de 05 (cinco) dias úteis, não podendo os membros da Comissão Técnica revelar processos industriais da empresa visitada ou sobre as eventuais irregularidades encontradas, nem veicular, por qualquer meio, tais irregularidades, até o final das providências estatuídas na alínea seguinte.

e) A Comissão Técnica possuirá poderes especiais para estabelecer de comum acordo, com os dirigentes da empresa, dentro de 90 (noventa) dias, prazo para correção das irregularidades verificadas nas visitas previstas na alínea anterior, assim como, poderes específicos para propor regulamentações objetivando equacionar os problemas existentes nas empresas, relacionados com a legislação vigente de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como projetos de controle ambiental e dos riscos de Segurança e Saúde dentro do prazo fixado na forma desta alínea, sempre por decisão tomada no mínimo por 09 (nove) de seus membros.

f) as partes arcarão, isoladamente, com as despesas efetuadas por suas respectivas representações na Comissão Técnica, inclusive na contratação de seus assessores técnicos, devendo as despesas com as reuniões realizadas ou, com as diligências externas, serem rateadas em partes iguais entre as representações econômica e profissional.

Parágrafo Único: - Caso haja necessidade de levantamentos técnicos relacionados com as visitas externas, as despesas deverão ser suportadas pelas Empresas.

g) A empresa que deixar de comparecer às reuniões convocadas ou, que descumprir o estabelecido pela Comissão Técnica, pagará uma multa de acordo com os seguintes critérios:

- 03 Salários normativos, vigentes na data da reunião, nas empresas até 20 empregados;
- 05 Salários normativos, vigentes na data da reunião, nas empresas de 21 a 50 empregados;
- 07 Salários normativos, vigentes na data da reunião, nas empresas de 51 a 100 empregados;
- 10 Salários normativos, vigentes na data da reunião, nas empresas acima de 100 empregados.

A multa reverterá a favor da Comissão Técnica e, liberará as entidades Sindicais dos Trabalhadores para promoverem as necessárias medidas junto às autoridades competentes.

h) Caso o Sindicato Patronal não indique até 20 de abril de 2022, os 07 (sete) membros que deverão constituir a Comissão Técnica prevista na alínea "A", as disposições contidas nesta cláusula ficarão totalmente sem efeito.

52ª - MEDICAMENTOS AOS ACIDENTADOS

Aos empregados que vierem sofrer acidentes do trabalho, fica assegurado pelas empresas, nos 04 (quatro) meses seguintes ao acidente, independentemente de seu afastamento do serviço ou não, o reembolso mensal das despesas com medicamentos, até o limite de 01 (um) salário mínimo vigente no ato do respectivo reembolso, mediante a apresentação da receita e da nota de compra. Empresas com médico ou convênio atestarão a necessidade.

53ª - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES

FED.T.I.C.C.P.P.G.E.T.M.II.E.M – FETICOM. Edital publicado no jornal "Agora São Paulo" de 19/11/2020, página B5. A assembleia foi realizada no dia 10/12/2020, as 12:00 horas, na **Colônia de Férias da Feticom-SP.**, Av. Governador Mário Covas Junior, 814 – Centro, Mongaguá-SP., CEP 11730-000. Foi aprovado pelo Conselho de Representantes da Entidade a contribuição de 1% para receita orçamentária da Federação, de todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional, inorganizados em Sindicatos, beneficiários da norma coletiva. Edital publicado no jornal "Agora São Paulo", edição do dia 10/02/2021, na página A10. As Assembleias Gerais Extraordinárias, foram realizadas nos dias 23/02/2021, as 12:00 horas em segunda convocação, nos municípios de **Ilha Solteira-SP.**, no Passeio Niterói, nº 219; **Pilar do Sul-SP.**, na Rua Major Euzébio M. Cunha, nº 1373; **Iperó-SP.**, na Av. Maria Conc. Ap. Andrade, nº 131, Distrito Industrial; **Guaira-SP.**, na Rua 28, nº 118, Jardim Paulista. As Assembleias de trabalhadores aprovaram o desconto de Contribuição para a receita orçamentária da Federação, de 1% (um por cento) sobre o salário, por mês, de cada trabalhador da Construção e do Mobiliário, dos municípios ainda inorganizados em Entidade Sindical no Estado de São Paulo, beneficiários das normas coletivas a serem celebradas durante o ano de 2021.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Araçatuba - Edital publicado no jornal "O Liberal" de Araçatuba, edição de 17/08/2021, no Caderno denominado "ETC", sem número de página. Assembleia realizada no dia 20/08/2021, Praça São Joaquim, 132, bairro São Joaquim, Araçatuba - SP, CEP 16050-250. Foi aprovada contribuição Assistencial 1,5% do salário do trabalhador, mensalmente para custeio sindical, com teto máximo para desconto de R\$ 35,00 (Trinta e cinco reais).

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Pequenas e Grandes Estruturas, Montagem Industrial, Instalações Elétricas, do Mobiliário e Madeira, da Cerâmica, do Mármore e Granito, do Cimento e de Produtos de Cimento e Amianto de Araraquara – Edital publicado no Jornal Folha da Cidade, edição do dia 10/09/2021, página 10. Assembleia realizada no dia 18/09/2021, na Avenida Paulo da Silveira Ferraz, 455 – Vila Xavier – Araraquara-SP. Foi aprovada Contribuição Assistencial de 1% ao mês, de todos os trabalhadores integrantes da categoria, inclusive sobre o 13º Salário;

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Barra Bonita - Edital publicado no Jornal Mais, edição 620, do dia 19/02/2021, página 12. Assembleia realizada no dia 25/02/2021, na Rua Geraldo Fazzio, 833 - CECAP - Barra Bonita-SP. Os trabalhadores presentes na assembleia aprovaram a Contribuição assistencial/confederativa 1,5%, todos os meses, inclusive do 13º salário, excetuando o mês de férias.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Barretos – Edital publicado no Jornal Agora São Paulo, do dia 10/08/2021, pág. A6. Assembleia realizada no dia 24/08/2021, na Av. Treze, 826 - Centro, Barretos - SP, 14780-270. A assembleia aprovou o desconto da contribuição de 1% e não incide sobre o 13º salário, mensalmente, de todos os integrantes da categoria beneficiados pela norma coletiva.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Itapeva - Edital publicado no jornal Agora de 23/07/2021, pág. A10. A Assembleia foi realizada no dia 10/08/2021, na Sede do Sindicato, Av. D. Paulina de Moraes, n.º 177, vila Ophelia CEP: 18400-818 – Itapeva/SP, às 16:00 horas. A assembleia autorizou desconto, em folha de pagamento, em todos os meses, de todos os trabalhadores integrantes da categoria profissional, beneficiados pelas cláusulas normativas a serem firmadas, a contribuição assistencial, a partir de 01/10/2020, no percentual de 1% (um por cento) do salário nominal de cada trabalhador, para ser aplicado na receita orçamentária, com direito a oposição pelos trabalhadores manuscrito de próprio punho, e entregue na Secretaria da Entidade 10 (dez) dias após a assinatura da Convenção/Acordo Coletiva(o) de Trabalho ou após o julgamento do Dissídio Coletivo.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Itatiba – Edital publicado no Jornal de Itatiba, edição do dia 14 e 15/08/2021, pág. B4. Assembleia realizada no dia 27/08/2021, na Rua Giacomo Saccardi, 125, Bela Vista – Itatiba-SP. Contribuição Assistencial - I - A presente contribuição terá por limite máximo de incidência (teto) o valor equivalente a 10 (dez) salários mínimos e será devida pelos trabalhadores filiados. II - A contribuição acima prevista não será descontada dos empregados profissionais liberais, desde que registrados com tais habilitações e que as exerçam efetivamente a serviço da empresa, bem assim daqueles empregados de categoria diferenciada. III - Esta contribuição não é cumulativa com outras contribuições, com exceção da sindical e/ou outras compulsórias. IV - O percentual do desconto será de 1,5%

(um e meio por cento) ao mês, que incidirá sobre o salário nominal, as férias, o décimo terceiro salário, não incidindo sobre as horas extras, adicional de insalubridade, periculosidade, salário família, abono de férias e 1/3 (um terço) sobre as férias. V - No caso de trabalhadores admitidos, a incidência da presente contribuição será proporcional aos dias trabalhados no primeiro mês e, nos casos de demissões, será extensiva ao aviso prévio, inclusive. VI - O Sindicato dos Trabalhadores assume o compromisso de remeter guias para as empresas, em tempo hábil e na quantidade suficiente, não respondendo estas por eventual retardamento. VII- O recolhimento será no quinto dia útil do mês, ou seja, no mesmo dia do pagamento de salários. A partir do vencimento, será cobrada a multa de 10% (dez por cento) ao mês sobre o valor corrigido pela SELIC ou outro índice oficial que a substitua, mais juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor corrigido.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, do Mobiliário e de Cerâmicas de Itu e Região. Edital publicado no jornal "Agora S. Paulo", de 05/08/2021, página A-10. A assembleia com os trabalhadores ceramistas, no dia 09/08/2021, as 17:00 hs, em primeira convocação e as 19:00 hs, em segunda convocação, na sede social da entidade, Rua Paula Sousa, nº 30, Itu-SP. Os trabalhadores autorizaram, desconto de 1% sobre os salários, mensalmente, a título de CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL, de todos os integrantes da categoria profissional, sócios e não sócios, para a manutenção e custeio da entidade.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jacareí - Edital Publicado no jornal Diário de Jacareí, edição do dia 25/09/2021, página 10. Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 05/10/2021, com os trabalhadores nas Cerâmicas Branca e Vermelha em nossa sede social, Rua João Américo da Silva, 462, Centro, Jacareí/SP. Aprovação o desconto a título de Contribuição Assistencial no percentual de 1%, limitado a R\$ 30,00 (Trinta reais), inclusive sobre o 13º Salário, por trabalhador, para custeio da organização sindical, descontada de todos os trabalhadores das categorias, associados ou não, beneficiados pelas cláusulas normativas da convenção coletiva.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaú – Edital publicado no jornal Agora São Paulo, edição do dia 10/08/2021, página BS. Assembleia realizada no dia 16/08/2021, na sede do sindicato, Rua Amaral Gurgel, 134 - Centro - Jaú/SP - 17201-010. Os trabalhadores aprovaram a contribuição assistencial de 1%, mensalmente, de todos os integrantes da categoria profissional, beneficiados pela norma coletiva, para custeio da entidade sindical.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Limeira - Edital publicado no Jornal Agora de 10/08/2021, página A11. Assembleia realizadas no dia 13/08/2021, Rua Coronel Venâncio Ferreira Alves Adorno, Nº567, Bairro: Nova Mogi, Mogi Mirim/SP; Av. 12, n.º 606, Rio Claro/SP. Os trabalhadores presentes na assembleia aprovaram desconto da contribuição de 1,5%, por mês, inclusive sobre o 13º salário, de todos os trabalhadores integrantes da categoria, beneficiados pela norma coletiva.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Mirassol – Edital publicado no Jornal Agora de 10/08/2021, página A6. A assembleia foi realizada no dia 20/08/2021, na Rua Rodrigues Alves, n.º 2031 – CEP 15130-031, Mirassol/SP. A Contribuição Assistencial aprovada pelos trabalhadores foi de 1,5%.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Cerâmica, de Refratários, da Construção Civil, de Montagens Industriais e do Mobiliário de Mogi Guaçu e Região – Edital publicado no Jornal Agora São Paulo, edição do dia 26/07/2021, página C4. Assembleia realizada no dia 11/08/2021 em Itapira–SP, com a categoria Cerâmica e Refratários. O valor da Contribuição Assistencial aprovada pelos trabalhadores é de 1% (um por cento), exceto no 13º Salário.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Ourinhos – Edital publicado no Jornal Regional Tribuna de Ourinhos, edição do dia 12/08/2021, página 03. A Assembleia realizou-se no dia 19/08/2021, na Avenida Gastão Vidigal, nº 1132, no bairro Jardim Matilde, no Município de Ourinhos, Cep. 19.901-010. A contribuição Assistencial foi aprovada e fixada no valor de 1% sobre a remuneração mensal, pela totalidade dos trabalhadores presentes integrantes da categoria profissional.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Piracicaba – Edital publicado no jornal Diário Oficial do Município de Piracicaba, Edição do dia 30/07/2021, Página 44. A Assembleia foi realizada no dia 19/08/2021, na Sede do Sindicato, Rua José Pinto de Almeida, 29S – Bairro dos Alemães,

Piracicaba/SP, CEP 13.419-000. A Contribuição Confederativa aprovada pelos trabalhadores foi de 1,5%, e incide sobre o 13º salário.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Presidente Prudente. Edital publicado no Jornal O Imparcial de Presidente Prudente, edição do dia 09/09/2021. Assembleia realizada no dia 19/09/2021, na sede do Sintracom sito à Rua Dr. Gurgel, 629 – Centro – Presidente Prudente/SP. A contribuição da categoria para receita orçamentária do Sindicato em 1%, ao mês sobre o salário base de todos os trabalhadores das categorias, inclusive sobre 13º salário, exceto no mês de férias.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Registro - O edital foi publicado no Jornal Notícias do Vale, edição do dia 02/09/2021, página 06. A assembleia foi realizada no dia 23/09/2021, na Rua Paraná, 20 Bairro Centro em Registro - SP. CEP 11900-000. A assembleia aprovou a contribuição assistencial de 1% ao mês para todos os integrantes da categoria.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Ribeirão Preto/CC - Edital publicado no jornal Agora São Paulo, edição do dia 18/08/2021, página A10. A assembleia foi realizada no dia 25/08/2021, na Sede do Sindicato, Rua Castro Alves, 460, Vila Tibério, Ribeirão Preto/SP, CEP 14.050-370. Os trabalhadores aprovaram uma contribuição assistencial a ser descontada mensalmente dos trabalhadores será o percentual de 1%, sobre o salário nominal, limitado a R\$ 25,00 (Vinte e cinco reais), à entidade sindical, conforme aprovada na Assembléia geral.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Carlos – Edital publicado no Jornal Agora São Paulo, edição do dia 24/02/2021, página A10. A assembleia foi realizada no dia 09/03/2021, na Sede do Sindicato, Rua Geminiano Costa, 42, Jd. São Carlos, CEP 13.560-641, São Carlos/SP. Os trabalhadores presentes na assembleia aprovaram o desconto de 1% de Contribuição Assistencial de cada trabalhador da categoria profissional, beneficiado pela norma coletiva, com teto máximo para desconto de R\$ 25,00 (Vinte e cinco reais), inclusive sobre o 13º Salário.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São José dos Campos. Edital publicado no Jornal O Vale, edição do dia 03/04/2021, página do Caderno de Editais. A Assembléia foi realizada na sub sede do Sindicato em Caraguatatuba. A contribuição assistencial é de R\$ 30,00 (Trinta reais) ao mês, aprovada pela assembleia, de todos os integrantes da categoria, beneficiados pela norma coletiva, inclusive sobre o 13º Salário.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São José do Rio Preto - Edital publicado no jornal D"Hoje, edição do dia 12/08/2021, página A-7. Assembleia realizada no dia 16/08/2021, na sede do Sindicato na Rua Tiradentes 2534. Aprovada a Contribuição Assistencial de 1% (um por cento), com teto máximo para desconto de R\$ 28,00 (Vinte e oito reais), de todos os integrantes da categoria profissional beneficiados pela norma coletiva.

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Mont. Industriais e Instalações Elétricas, da construção de estradas, pavimentação de terraplenagem, do Cimento, Cal e Gesso, de produtos de cimento, de olarias e cerâmicas e do Mobiliário de Sorocaba e Região. Edital de convocação publicado no "Jornal Agora São Paulo, edição do dia 03/08/2021, página A-10. A assembleia foi realizada no dia 13/08/2021, na Rua DR. Arthur Marins, nº 153, Centro, Sorocaba/SP, CEP Nº 18035-250. A Contribuição para receita orçamentária do Sindicato é de 1% (um por cento) do salário nominal e foi aprovada pela Assembléia dos Trabalhadores, com teto máximo para desconto de R\$ 25,00 (Vinte e cinco reais).

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Taubaté - Edital publicado no Jornal de Diário de Taubaté, edição do dia 06/08/2021, página 1-B do Caderno Classificados. A assembleia foi realizada no dia 18/08/2021, na Rua Coronel João Afonso, 294, centro, Taubaté /SP. A assembleia aprovou a contribuição assistencial de 1% ao mês, de todos os trabalhadores integrantes da categoria, inclusive 13º salário, beneficiários da norma coletiva.

SINDICATOS ASSINANTES:

FED.T.I.C.C.P.P.G.E.T.M.II.E.M, CNPJ n. 60.505.252/0001-02, neste ato representado por seu Presidente, o Sr. ADEMAR RANGEL DA SILVA

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Araçatuba, inscrito no CNPJ sob o nº 43.764.232/0001-29, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Pequenas e Grandes Estruturas, Montagem Industrial, Instalações Elétricas, do Mobiliário e Madeira, da Cerâmica, do Mármore e Granito, do Cimento e de Produtos de Cimento e Amianto de Araraquara, inscrito no CNPJ sob o nº 43.971.977/0001-89, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Barra Bonita, inscrito no CNPJ sob o nº 54.713.433/0001-13, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Barretos, inscrito no CNPJ sob o nº 44.790.806.0001-04, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, do Mobiliário, Cimento, Cal, Gesso e Montagem Industrial de Itapeva, inscrito no CNPJ sob o nº 49.801.459/0001-83, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Itatiba, inscrito no CNPJ sob o nº 51.308.112/0001-45, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, do Mobiliário e de Cerâmicas de Itu e Região, inscrito no CNPJ sob o nº 50.235.316/0001-30, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jacareí, inscrito no CNPJ sob o nº 50.477.371/0001-37, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaú, inscrito no CNPJ sob o nº 50.757.608/0001-33, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, do Mobiliário, Montagem Industrial de Limeira, inscrito no CNPJ sob o nº 51.486.942/0001-62, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ADEMAR RANGEL DA SILVA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, do Mobiliário, Montagem Industrial de Mirassol e Votuporanga, inscrito no CNPJ sob o nº 51.847.812/0001-08, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Cerâmica, de Refratários, da Construção Civil, de Montagens Industriais e do Mobiliário de Mogi Guaçu e Região, inscrito no CNPJ sob o nº 52.745.031/0001-75, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Ourinhos, inscrito no CNPJ sob o nº 54.711.353/0001-29, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Piracicaba, inscrito no CNPJ sob o nº 47.766.316/0001-52, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Presidente Prudente, inscrito no CNPJ sob o nº 55.354.575/0001-02, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Registro, inscrito no CNPJ sob o nº 57.739.815/0001-04, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Ladrilhos Hidráulicos, Produtos de Cimento e Mármore e Granitos de Ribeirão Preto, inscrito no CNPJ sob o nº 55.977.417/0001-09, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São Carlos, inscrito no CNPJ sob o nº 59.620.302/0001-05, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São José do Rio Preto, inscrito no CNPJ sob o nº 60.000.510/0001-90, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de São José dos Campos, inscrito no CNPJ sob o nº 51.610.939/0001-09, neste ato representado por seu Presidente em Exercício, Sr. MARCELO RODOLFO DA COSTA;

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Mont. Industriais e Instalações Elétricas, da construção de estradas, pavimentação de terraplenagem, do Cimento, Cal e Gesso, de produtos de cimento, de olarias e cerâmicas e do Mobiliário de Sorocaba e Região, inscrito no CNPJ sob o nº 71.849.194/0001-42, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

SINDICATO DOS Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Taubaté, inscrito no CNPJ sob o nº 72.306.913/0001-41, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA.

54ª - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

Considerando o disposto no artigo 8º da Constituição Federal e em conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23/09/2021, por video conferência, e por Edital publicado em 29/09/2020 no jornal Estado de São Paulo, aprovado foi, a definição do reajuste da tabela da aludida contribuição.

As empresas representadas pelo SINDICERCON-SP – Sindicato da Indústria da Cerâmica Para Construção do Estado de São Paulo, recolherão, nos termos da Lei nº 13.467/17, em especial os artigos 545 e 611-8, a contribuição negocial patronal, que tem por finalidade custear as despesas da Entidade no desempenho de suas funções constitucionais de representação nas negociações coletivas e defesa dos interesses da categoria econômica, proporcional ao capital social da empresa, de acordo com a tabela abaixo.

TABELA PARA CÁLCULO

Faixa	Capital Social			Valor da contrib.	3 parcelas de:
1	0,01	até	6.080,00	500,00	166,66
2	6.080,01	até	30.000,00	1.000,00	333,33
3	30.000,01	até	80.000,00	1.500,00	500,00
4	80.000,01	até	125.000,00	2.000,00	666,67
5	125.000,01	até	350.000,00	2.500,00	833,33
6	350.000,01	até	650.000,00	3.000,00	1.000,00
7	650.000,01	até	900.000,00	3.500,00	1.166,67
8	900.000,01	até	em diante	4.000,00	1.333,33

A contribuição acima referida, através de boletos específicos enviados pelo SINDICERCON-SP, será recolhida em 3 (três) parcelas iguais, vencíveis: a primeira em 20 de março de 2022, a segunda em 20 de junho de 2022 e a terceira em 20 de setembro de 2022, em toda a rede bancária.

As empresas associadas, em dia com suas mensalidades associativas, farão jus a um desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre os valores das parcelas.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

55ª - DOS DIRETORES SINDICAIS NÃO AFASTADOS

Os diretores sindicais titulares ou suplentes em exercício e não afastados de suas funções da empresa, poderão ausentar-se do serviço até 03 (três) dias por mês, limitados, porém, a 24 (vinte e quatro) dias por ano e excluído o mês de férias, sem prejuízo na sua remuneração referente a estes dias, férias, 13º (décimo terceiro) salário, D.S.R. , desde que avisada a empresa por escrito pelo Sindicato com 02 (dois) dias úteis de antecedência, salvo a hipótese da licença estabelecida no art. 543, parágrafo 2º., da CLT. O afastamento previsto nesta cláusula não poderá abranger, concomitantemente, mais de um diretor existente na mesma empresa.

56ª - RECOLHIMENTO EM ATRASO

O atraso no recolhimento das mensalidades sindicais, contribuição sindical, contribuição assistencial ou confederativa, por parte da empresa e, desde que comprovadamente tenha sido descontada do trabalhador, acarretará a multa diária de 0,2% (zero virgula dois por cento) do valor devido, com os juros de lei e atualização monetária.

57ª - REMESSA DE RELAÇÃO DE EMPREGADOS

As empresas, quando do Recolhimento das Contribuições às Entidades Sindicais, remeterão às correspondentes Entidades, relação dos empregados que tenham sofrido o seu desconto e os respectivos valores descontados. Na hipótese da Contribuição Sindical as empresas mencionarão nas Guias os dados exigidos pela respectiva Portaria Ministerial que regula a matéria.

58ª - NORMAS PARA CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS

Desde que surjam divergências entre os acordantes, por motivo de aplicação das cláusulas constantes deste instrumento, será competente a Justiça do Trabalho para dirimir tais divergências.

59ª - DESCONTO DE MENSALIDADES DOS ASSOCIADOS DO SINDICATO

As empresas se obrigam a recolher ao Sindicato, até o 4º (quarto) dia subsequente à liquidação da folha de pagamento de cada mês, as mensalidades dos associados descontadas em folha, mediante a remessa de relação pelo Sindicato, tendo como pressuposto a autorização formal do empregado.

Disposições Gerais - Descumprimento do Instrumento Coletivo**60ª - MULTAS**

a) ao empregador que deixar de cumprir obrigação que importe em pagamento pecuniário previsto neste acordo e que não fixar penalidade específica, fica sujeito à multa diária de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do salário normativo vigente na época da infração por empregado, mês a mês de serviço, revertendo o seu benefício a favor do prejudicado.

b) ao empregador que descumprir obrigações de fazer contidas no presente acordo e que não estabeleçam penalidade específica, é fixada a multa diária de 0,2% (zero vírgula dois por cento) do salário normativo então vigente, por empregado, mês a mês de serviço, revertendo o seu benefício em favor da parte prejudicada.

c) As multas previstas na alínea "B", supra somente serão aplicáveis se o infrator for notificado, por escrito, sobre a falta cometida e não sanar a infringência da cláusula dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo**61ª - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL.**

Nos casos de prorrogação, revisão, denúncia, ou revogação total ou parcial deste acordo, serão observadas as disposições constantes do art. 615 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Outras Disposições**62ª - DEFINIÇÕES DE CERÂMICA VERMELHA E CERÂMICA BRANCA**

Para os efeitos de aplicação da cláusula 3ª (terceira), supra, entende-se por:

a) **CERÂMICA BRANCA**, a empresa cuja atividade preponderante se destina ao fabrico de: pastilhas, azulejos, refratários, pisos, peças de revestimento e produtos afins ou semelhantes;

b) **CERÂMICA VERMELHA**, a empresa cuja atividade preponderante se destina à fabricação de: blocos cerâmicos, telhas, lajes, tubos cerâmicos, elementos vazados e produtos afins ou semelhantes.

63ª - DIREITOS DA MULHER

a) as empresas comprometem-se a assegurar igualdade de condições e oportunidades às mulheres para concorrer a qualquer cargo, inclusive de chefia, atendidos os pré-requisitos da função.

b) as empresas deverão manter na caixa de primeiros socorros, absorventes higiênicos, a fim de fornecê-los às suas empregadas em situações emergenciais.

64ª - CONVÊNIO MÉDICOS

As empresas com mais de 100 (cem) empregados obrigam-se a ter serviços médicos próprios ou convênios médicos gratuitos nas localidades em que se situarem única e exclusivamente para seus funcionários, ressaltando-se as condições mais favoráveis.

§ 1º - Em caso de denúncia da Comissão Técnica de Estudos de Segurança e Medicina do Trabalho ou do Sindicato dos Trabalhadores, quanto aos serviços prestados pelo convênio médico, a empresa deverá atender as reclamações, apresentar as justificativas ou estudar a eventual substituição do convênio.

§ 2º - Não poderão ser considerados como "médicos próprios" para os efeitos desta cláusula, os médicos do trabalho contratados para o SESMT - (Serviços Especializados em Segurança e em Medicina do Trabalho).

65ª - ARMÁRIOS COM COMPARTIMENTO DUPLO

Aos empregados que trabalharem em áreas com agentes agressivos, fica assegurada a utilização de armários com compartimento duplo.

66ª - ÁGUA POTÁVEL

Obrigam-se as empresas a fornecer água potável a seus empregados mediante a utilização de copos descartáveis ou emprego de bebedouros a jato inclinado.

67ª - CÓPIA DO PROTOCOLO DA RAIS

Até 30 (trinta) dias após a entrega na agência bancária, as empresas enviarão uma cópia do Protocolo, bem legível, da RAIS, à entidade sindical profissional.


68ª - INTERRUPTÃO DO TRABALHO

Na hipótese de interrupção do trabalho, enquanto este estiver sendo executado na empresa, provocada por motivo de força maior, independente da vontade do empregador, não poderá haver desconto de salários, nem compensação das horas não trabalhadas pelo apontado motivo.

69ª - COMPETÊNCIA E AÇÃO DE CUMPRIMENTO

Todas as cláusulas do presente acordo poderão ser executadas perante a Justiça do Trabalho, através das Entidades Sindicais, que representarão tanto os trabalhadores sindicalizados como os não sindicalizados.

São Paulo-SP., 06 de dezembro de 2021.



WALTER GIMENES FELIX

Presidente


SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CERÂMICA PARA CONST DO ESTADO DE SÃO PAULO




ADEMAR RANGEL DA SILVA

Presidente

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO



SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de **Araçatuba**, CNPJ 43.764.232/0001-29, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

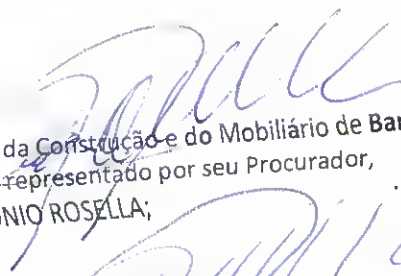


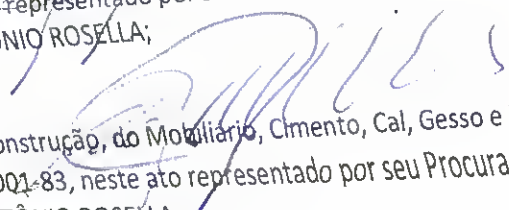
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Pequenas e Grandes Estruturas, Montagem Industrial, Instalações Elétricas, do Mobiliário e Madeira, da Cerâmica, do Mármore e Granito, do Cimento e de Produtos de Cimento e Amianto de **Araraquara**, CNPJ 43.971.977/0001-69, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

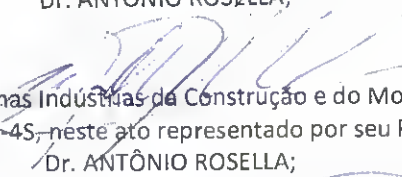


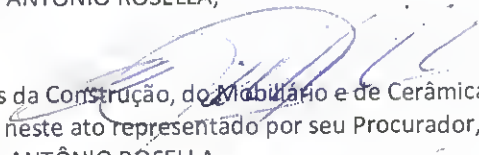
SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de **Barra Bonita**. CNPJ 54.713.433.0001-13, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

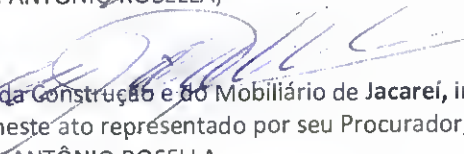


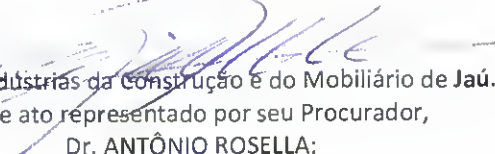

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Barretos. CNPJ 44.790.806.0001-04, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;


SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, do Mobiliário, Cimento, Cal, Gesso e Montagem Industrial de Itapeva. CNPJ 49.801.459/0001-83, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

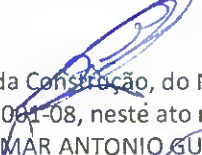

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Itatiba, CNPJ n. S1.308.112/0001-45, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

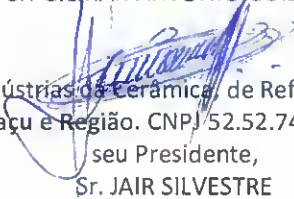

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, do Mobiliário e de Cerâmicas de Itu e Região. CNPJ S0.235.316/0001-30, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;


SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jacaré, inscrito no CNPJ sob o nº S0.477.371/0001-37, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;



SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Jaú. CNPJ S0.757.608/0001-33, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;


SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, do Mobiliário, Montagem Industrial de Limeira. CNPJ S1.486.942/0001-62, neste ato representado por seu Presidente, Sr. ADEMAR RANGEL DA SILVA;

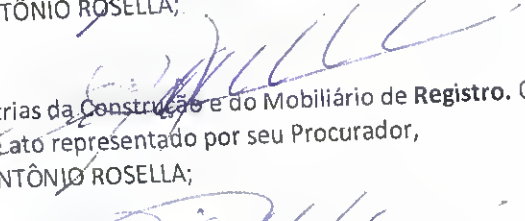

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção, do Mobiliário, Montagem Industrial de Mirassol e Votuporanga. CNPJ S1.847.812/0001-08, neste ato representado por seu Presidente, Sr. GILMAR ANTONIO GUILHEN

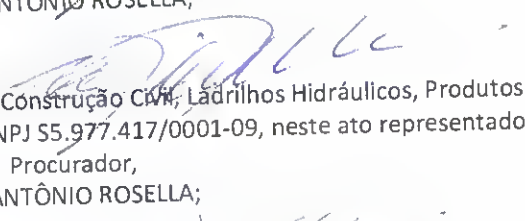

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias de Cerâmica, de Refratários, da Construção Civil, de Montagens Industriais e do Mobiliário de Mogi Guaçu e Região. CNPJ 52.52.745.031/0001-75, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JAIR SILVESTRE

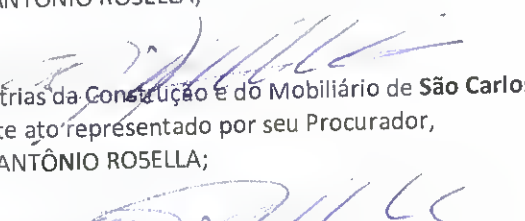

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Ourinhos. CNPJ S4.711.353/0001-29, neste ato representado por seu Procurador, Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

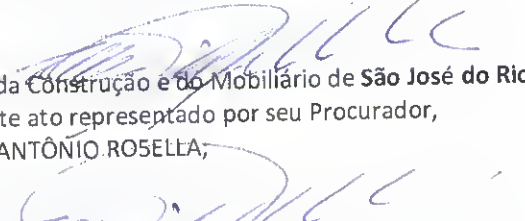

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Piracicaba. CNPJ 47.766.316/0001-52, neste ato representado por seu Presidente, Sr. MILTON COSTA


SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de **Presidente Prudente**. CNPJ 55.354.575/0001-02, neste ato representado por seu Procurador,
 Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

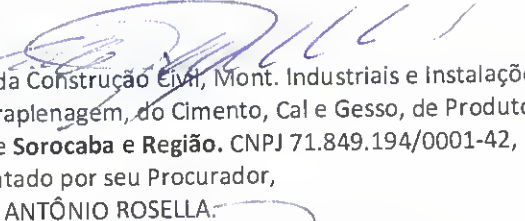

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de **Registro**. CNPJ 57.739.835/0001-04, neste ato representado por seu Procurador,
 Dr. ANTÔNIO ROSELLA;

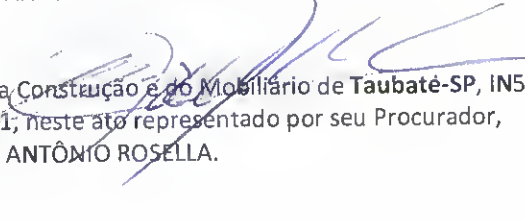

SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Ladrilhos Hidráulicos, Produtos de Cimento e Mármore e Granitos de **Ribeirão Preto**. CNPJ 55.977.417/0001-09, neste ato representado por seu Procurador,
 Dr. ANTÔNIO ROSELLA;


SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de **São Carlos**. CNPJ 59.620.302/0001-05, neste ato representado por seu Procurador,
 Dr. ANTÔNIO ROSELLA;


SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de **São José do Rio Preto**. CNPJ 60.000.510/0001-90, neste ato representado por seu Procurador,
 Dr. ANTÔNIO ROSELLA;


SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de **São José dos Campos**. CNPJ 51.610.939/0001-09, neste ato representado por seu Procurador,
 Dr. ANTÔNIO ROSELLA;


SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil, Mont. Industriais e Instalações Elétricas, da Construção de Estradas, Pavimentação de Terraplenagem, do Cimento, Cal e Gesso, de Produtos de Cimento, de Olarias e Cerâmicas e do Mobiliário de **Sorocaba e Região**. CNPJ 71.849.194/0001-42, neste ato representado por seu Procurador,
 Dr. ANTÔNIO ROSELLA;


SINDICATO dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de **Taubaté-SP**, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 72.306.913-0001-41, neste ato representado por seu Procurador,
 Dr. ANTÔNIO ROSELLA.